

DIRETRIZES GERAIS PARA O PROGRAMA DE GOVERNO (2017-2020)
COLIGAÇÃO CONQUISTA QUER MAIS
(PT, PSL, PR, PSD, PP)

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um conjunto de princípios e diretrizes gerais, que deverão embasar o programa do Governo Municipal de Vitória da Conquista para o período de 2017/2020. Não é apenas o cumprimento de uma formalidade legal de candidatos ao cargo de Prefeito e de Vice-Prefeita, mas a publicização de intenções, de possíveis e reais projetos que serão discutidos com a sociedade e que deverão orientar a elaboração das fermentas (PPA, LDO, LOA) de planejamento, de gestão, programas, atividades e ações nas diversas áreas da administração municipal e de sua relação com os diferentes segmentos da sociedade e instâncias estatais. Não têm origem no acaso nem em devaneios. Nutrem-se de várias fontes, especialmente, na experiência acumulada dos sucessivos governos participativos, nas balizas legais da competência do poder local, nos programas e nas políticas públicas compartilhadas com os demais entes federativos, nas tendências e potencialidades da conjuntura atual e, também, na expectativa da população em ver superados alguns obstáculos para o atendimento de desejos, aspirações e necessidades de várias ordens. Neste particular, vale lembrar a tradição que fundamos com a instituição do Orçamento Participativo (OP) e as múltiplas instâncias de consulta à população e de controle social, a exemplo de Congressos, conferências, plenárias, encontros, seminários, audiências públicas, etc. Mencionamos, ainda, uma série de reuniões realizadas para discutir com representações da sociedade, nos distritos e na cidade e encontros temáticos sobre o programa de governo.

Ademais, essas diretrizes sinalizam para a concretização de importantes projetos e ações já planejadas, em vias de realização ou em andamento, mas cujo tempo de conclusão ainda é elástico.

GESTÃO DEMOCRÁTICA, EFICIENTE E DE COMBATE ÀS DESIGUALDADE SOCIAIS.

As nossas candidaturas são partes de um amplo espectro de atores políticos que emergiram e ganharam força na conjuntura dos anos 1980/1990 e assumiram um papel relevante no combate à ditadura militar, em defesa da democracia e de conquistas de direitos sociais. Foi nesse contexto que, especialmente depois da Constituição de 1988, o município se tornou um ente federado com inúmeras competências, sejam elas originárias, concorrentes ou compartilhadas por delegação ou colaboração com as instâncias supranacionais. Essa tendência se viu ainda mais acentuadas nos últimos anos, com a implementação de uma imensa gama de políticas públicas e programas governamentais, sob a responsabilidade do ente local. Aliás, não custa lembrar que foi em ambientes de administrações municipais que se engendraram práticas inovadoras e que se tornariam depois programas federais.

Ao assumir o Governo Municipal, em 1997, a Frente Conquista Popular, liderada pelo PT, se inspirou em administrações populares exitosas e também implementou uma agenda própria, enfrentando imensos desafios para, gradativamente, nos sucessivos governos Participativos, promover uma verdadeira revolução no nosso município.

Uma das grandes inovações que trouxemos para a vida política da cidade foi a participação popular e o controle social. As plenárias do (OP) chegaram a reunir dezenas de milhares de participantes, anualmente, constituindo-se em espaço no qual são apresentadas e discutidas as diretrizes e reivindicações para aplicação dos recursos orçamentário e definidas algumas prioridades a serem incluídas no planejamento das ações de governo. Atualmente, estão em funcionamento mais de trinta conselhos institucionais e setoriais e cerca de 40 conselhos locais de saúde e, mais recentemente, colegiados escolares reforçam a participação popular na gestão pública.

O princípio da democracia participativa e da interlocução com a sociedade civil, movimentos sociais e comunitários, continuará sendo referência fundamental para a concepção de poder e de governo que nos orientará para o próximo

período. Do mesmo modo, tomaremos como premissa essencial o cuidado com a ética, a transparência e zelo com o emprego dos recursos públicos.

Outros componentes essenciais que deveremos observar em todos os organismos públicos municipais dizem respeito ao imperativo do aperfeiçoamento constante dos instrumentos de planejamento, racionalização e controle dos projetos, programas, atividades e ações de governo, buscando a eficiência, a eficácia, objetivando à crescente necessidade de qualidade dos serviços públicos e a satisfação dos cidadãos. Nesse ambiente, fomentaremos uma política permanente de valorização e capacitação do funcionalismo público, como tem sido feito, para que continuem sendo atores ativos nessa dinâmica.

Como pano de fundo e sentido mais alargado da função essencial de um governo democrático e popular, dentro dos seus limites, deverá estar sempre a missão estratégica de se perseguir o bem estar coletivo e a melhoria de qualidade de vida de todos os conquistense. Todavia, especial atenção deve ser dirigida aos mais necessitados, como a perene necessidade de combate às desigualdades sociais profundas, que, infelizmente, ainda imperam na nossa sociedade brasileira como um todo. Assim sendo, nunca deverá se perder de vista a promoção da inclusão social dos grupos mais excluídos e vulneráveis da sociedade.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Nos sucessivos governos participativos o município implantou uma complexa estrutura de serviços e ações voltadas para a proteção e promoção de direitos sociais. Inicialmente, por iniciativa e financiamento próprio, com o apoio de ONGs e de instituições públicas, foram implantados programas como o Conquista Criança, o Vivendo a Terceira Idade, a Rede de Atenção da Criança e do adolescente, Habitação Popular, e, em seguida, com as parecerias institucionais com o Estado e a União, especialmente, após o Governo Lula, ampliamos a agenda para outras dimensões, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ABB Comunidade, Juventude Cidadão e, após a vigência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi consolidado um conjunto

de organismos e de atividades que hoje conforma o nosso sistema municipal de Assistência Social, abrangendo a atenção básica e programas de alta e média complexidades.

Atualmente, além de uma gama de programas de políticas públicas setoriais de combate às diversas formas de discriminações e de promoção da igualdade, com foco na Juventude, nas mulheres, nas populações afrodescendentes e quilombolas, idosos, dos direitos da população LGBT, o governo municipal mantém em pleno funcionamento oito (08) CRAS – Centro de Referência da Assistência Social que visa a atender a família, e os indivíduos que a compõe, no exercício dos seus direitos e no fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, bem como no fortalecimento de suas potencialidades para a produtividade econômica, melhorando a renda através da inserção no mundo do trabalho. Esses organismos são referências para aproximadamente de 40 mil famílias em todo o território do município.

Para o atendimento de média e alta complexidade funcionam quatro (04) CREAS, sendo um urbano, dois Rurais e um voltado para Ações de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade, destinados aos adolescentes que devam cumprir medidas socioeducativas em meio aberto.

Infelizmente, os cenários para a manutenção das políticas sociais inclusivas são desafiadores, face à ofensiva de discursos conservadores. Por isso, mais do que nunca é fundamental reafirmamos o compromisso com ações e projetos de inclusão social, de combates às todas as formas de desigualdades, de geração de emprego e renda, de proteção de direitos e de distribuição de renda.

Nesse cenário, especial atenção deverá ser destinada à defesa dos Direitos Humanos, no horizonte de uma parceria com o Estado e a União, no qual se encontra o combate à violência, como um todo e, essencialmente, contra os jovens, incluindo aí medidas como a instalação da Case em nossa cidade.

Para um próximo período de governo, todas essas políticas serão mantidas, fortalecidas e ampliadas, nas condições das relações interinstitucionais estabelecidas com as parcerias entre os demais entes governamentais.

De forma resumida, as ações futuras deverão se pautar nas seguintes diretrizes;

- Dinamizar os atuais e construir novos espaços para práticas esportivas e culturais para a juventude em bairros populares;
- Manter programas e ações continuadas para a juventude;
- Desenvolver programas e ações visando à conscientização e a educação sobre a temática dos direitos humanos;
- Avançar nos programas de combate à violência contra a mulher e na sua proteção, inclusive com a criação de casa abrigo;
- Avançar nos programas de combate à violência contra a população LGBT, especialmente às pessoas que vivenciam os situação de prostituição;
- Fortalecer e ampliar as políticas de combate ao racismo e às desigualdades raciais.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Dos cerca de 360 mil habitantes do nosso município, aproximadamente 68 mil pessoas residem na Zona Rural, aí incluindo os moradores das sedes dos distritos e do entorno da cidade.

Desde o primeiro governo participativo foi estabelecido um novo modo de relacionamento entre o poder municipal e as comunidades rurais, seja no sentido de ouvir e debater com a população seus problemas, seja no sentido de atender, gradativamente, às suas demandas, buscando construir uma cultura de cidadania. No transcorrer desses anos, inúmeros serviços foram ofertados e um conjunto de ações contribuíram para transformar radicalmente o nosso interior. Onde só havia o ensino fundamental II em três distritos, com um índice elevado de evasão, pela ausência de transporte escolar, hoje há a universalização da 1º ao 9º ano e, ainda, com garantia de transporte para alunos e professores, além do ensino médio patrocinado pelo Governo estadual. Da mesma forma, em relação à saúde: do nada, temos em funcionamento 17 equipes de saúde da família, com unidades básicas em

todos os distritos e quase 70 postos, localizados em comunidades menores e mais distantes.

Dentre tantas outras intervenções do poder público, citemos apenas algumas com efeitos visíveis na qualidade de vida do povo, sejam as promovidas diretamente pela Prefeitura, sejam as executas em parceria com o governo federal, a exemplo da manutenção das estradas vicinais, de construção e limpeza de aguadas, de médias e grandes barragens, do Luz Para Todos, do Água para Todos (destacando aqui a construção de quase cinco mil cisternas de consumo e de centenas de tecnologias sociais, sistemas simplificados e extensão de rede da Embasa), pavimentações em distritos, do PRONAF, projetos de apoio à inclusão sócio produtiva da agricultura familiar, de assistência técnica e extensão rural, do PAA e PA Leite.

Mesmo com todos esses avanços, a população almeja realizar novos desejos e conquistar novas reivindicações, para as quais estaremos atentos, sobrelevando-se dentre elas:

- a temática da segurança pública;
- mais pavimentações e urbanização dos distritos;
- melhorias no abastecimento de água;
- programas de geração de emprego e renda;
- apoio à agricultura família;
- telefonia celular e internet;
- equipamentos esportivos e de Lazer;
- educação infantil,
- oferta de serviços especializados na área da saúde.

URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Dentre as grandes transformações que o município vem vivenciando nos últimos anos estão aquelas relativas à infraestrutura e mobilidade urbanas, saneamento, limpeza e serviços públicos em geral.

Foram muitas as ações e medidas concretizadas nesses anos que impactaram e continuam a produzir um acelerado ritmo de mudanças no paisagismo da cidade, entre as quais cabem destacar os novos critérios adotados para concessão e controle do transporte coletivo; a municipalização do trânsito; os

novos marcos regulatórios do Plano Diretor Urbano e do Código de Obras; construção do aterro sanitário; a grande expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto; a construção de grandes avenidas e artérias urbanas (*Integração-Rio-Bahia*, *Olívia Flores*, *Juracy Magalhães*, *Brumado*, *Jadiel Matos* (J. Valéria, Campinhos-Simão), *Perimetral* ; urbanização integrada de dezenas bairros; a construção de parques e áreas de lazer e de ciclovias; a pavimentação de corredores de ônibus e de ruas em diversas localidades e das sedes dos distritos, alcançando centenas e centenas de Km; a implantação de programas habitacionais de interesse Social municipal e do Minha Casa Minha vida; a grande expansão da construção civil, com a implantação de Conjuntos Habitacionais, Condomínios e Loteamentos privados; a construção de empreendimentos comerciais, a exemplo dos Shoppings.

Hoje a cidade cresce em várias direções, com a crescente valorização imobiliária e o espraiamento das atividades econômicas vinculadas ao comércio e serviços por todos os lados. Esse ambiente de contínua expansão e mudanças espaciais exigirá o encaminhamento de ações de curto, médio e longo prazo, objetivando a enfrentar os novos desafios e propor soluções para os problemas atuais e planejar ações futuras de modo a antecipar alternativas para garantir um crescimento urbano com a sustentabilidade. Nesse contexto, ao final deste documento vamos propor alguns projetos e ações estratégicos para esta temática.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TRABALHO E RENDA

Partimos do pressuposto de que o processo econômico é um conjunto de atividades que se apropriam e transformam a natureza, gerando bens e serviços, sua distribuição e consumo, seja na forma de valor de uso ou de troca, e resulta de múltiplas relações sociais que os homens estabelecem entre si. De igual modo, o funcionamento da economia depende de uma imensa gama de variáveis e circunstâncias, entre as quais estão inclusos os comportamentos dos indivíduos e a lógica de organismos privados e estatais. É sabido que nas sociedades contemporâneas os entes estatais têm exercido um papel fundamental na organização da vida econômica, pelo poder que

detêm tanto regulatório quanto de indução sobre os agentes e mecanismos canalizadores da economia.

Neste particular, é patente que as grandes linhas condicionadoras da dinâmica econômica é de competência do estado nacional, no caso do Brasil o governo federal, dos estados membros e, por ultimo, do município. Mesmo assim, embora mais limitado, o poder local pode e tem exercido em muitas conjunturas e situações uma função significativa para estimular e viabilizar condições para o chamado desenvolvimento econômico.

Conquista acompanhou e ainda hoje observa como os governos participativos contribuíram por este já prolongado ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico-social que temos experimentado, a partir de 1997, e intensificado nos últimos anos, especialmente com o advento do Governo Lula-Dilma e Wagner e Rui.

Além de reorganizar a gestão municipal e implantar uma série de programas sociais, com ênfase em saúde e educação, num primeiro momento, e, mais adiante, conseguir atrair significativos investimentos federais para obras de infraestrutura social e urbana, com ênfase em infraestrutura, urbanização, habitação, saneamento, educação superior, etc., o governo participativo tornou-se um efetivo indutor da economia local, claro, contornado pelas políticas públicas federais das quais também nos habilitamos para ser parceiros.

O certo é que, nesses anos, nos incluímos e no mantemos entre as cidades de maior dinamismo econômico do Norte e Nordeste, nos aproximando entre as mais desenvolvidas do Brasil, com indicadores sociais e econômicos sempre em ascensão.

Para o próximo período, o cenário é desafiador, em decorrência da crise que estamos atravessando, impondo-se um grande esforço de busca de novos investimentos e de ações diretas e indiretas que potencializem ainda mais a nossa economia. Mesmo assim, alguns indicativos são promissores. De uma lado, a manutenção dos programas e projetos exitosos na geração de emprego e renda, como a Banco do Povo, o crédito solidário por meio de cooperativas a economia solidária, o apoio e parcerias com os setores empresariais na promoção de eventos como a exposição agropecuária, as festas juninas e natalinas e a agenda de obras e investimentos, em andamento e previstos, da

Prefeitura, do Governo estadual e do Governo federal, este por meios de programas já implantados anteriormente, já sinalizam para a manutenção de um certo ambiente favorável ao empreendedorismo.

Ademais, de maneira genérica, será indispensável a permanente articulação entre o poder municipal, as representações dos setores empresariais, governo estadual e instituições federais, possibilitando a identificação de potencialidades, de gargalos e soluções para a indução às atividades econômicas. Para tanto, é necessário pensar e agir estrategicamente, com ações e projetos que possam manter um ambiente de estabilidade e de crescimento econômico-social, conforme nos referimos ao final do texto.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As décadas de 1980 e 1990, no Brasil, registraram-se mudanças significativas na abordagem da problemática ambiental, podendo ser sintetizadas na passagem das ideias gerais e reivindicações dos movimentos ecológicos, de ações e práticas isoladas de ONGs, de personalidades do mundo científico e intelectual e de entes públicos, para uma crescente tomada de consciência do problema e do início da formulação de políticas públicas mais institucionalizadas. Lembremos, aqui, o impulso decisivo representado pela realização da ECO-92, no Rio de Janeiro, que constrói o marco da Agenda 21 Global.

Desde o início do governo participativo a questão ambiental esteve no centro das nossas preocupações. Marco importante foi a implantação da Secretaria de Meio Ambiente, uma estrutura administrativa e institucional capaz de operacionalizar, de maneira sistêmica, as questões atinentes ao tema e, em seguida, muitas foram as iniciativas que conseguimos implementar, tais como a criação do Conselho do Meio Ambiente, a aprovação do Código Ambiental do Município, a elaboração da Agenda21, a municipalização parcial do processo de Licenciamentos Ambientais, a ampliação da área de preservação da Serra do Peri-Peri; a criação do CETAS, a criação de unidades e parque de conservação, inclusive como proteção de nascentes de microbacias; construção do aterro sanitário; adoção de programas de reciclagem de

resíduos sólidos, com a constituição da cooperativa de catadores; desenvolvimento de programas de educação ambiental, inclusive com a promoção de eventos técnico–científicos e campanhas periódicas entre vários segmentos da sociedade; apoio à formação de comitê de bacias, etc.

Na conjuntura atual, mais do que nunca, o assunto meio ambiente, dada à sua complexidade, está colocado como uma pauta essencial para toda sociedade e de forma imperativa para os entes públicos.

Assim, pois, estaremos compromissados com um conjunto de projetos, programas e ações por meio dos quais continuaremos contribuindo para a preservação ambiental e a convivência mais harmoniosa entre o homem e natureza, nas condições locais e regionais, buscando parcerias com os municípios, governos estadual e Federal e sociedade civil para viabilizá-los.

Nesse sentido, tomaremos como referência para o programa de Governo, além da experiência acumulada, as políticas públicas orientadas pelas diretrizes federais e estaduais e pela Agenda 21, “A Conquista do Futuro”, documento que explicita um série de fundamentos para a construção de uma sociedade local mais sustentável, dentre os quais sobrelevam-se:

- contribuir para garantir e utilizar de forma racional, integrada e sustentável os recursos hídricos disponíveis;
- colaborar e viabilizar meios de preservação dos recursos hídricos, mediante a constituição de comitês de bacias e ações de preservação das nascentes de microbacias em nosso território;
- parcerias com ONGs e organismos intergovernamentais para ações compartilhadas
- manter e dinamizar programas de educação ambiental;
- estimular a produção industrial sustentável;
- implantar, gradativamente, a coleta seletiva de lixo doméstico;
- contribuir para preservação dos recursos florestais.

EDUCAÇÃO

Desde suas origens, a educação foi definida como uma das prioridades do governo Participativo. Num primeiro momento, foram muitos os desafios enfrentados, envolvendo desde as condições materiais e salariais dos professores até à grande demanda por vagas no ensino fundamental, tanto nas séries iniciais quanto finais, sem falar na limitada oferta da educação infantil, aí compreendendo creches e pré-escolas. Dados oficiais estimavam que cerca de 11 mil crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, estavam fora da escola. Não havia transporte para alunos e professores e os índices de evasão e repetência eram altíssimos. A questão do Ensino Fundamental na zona rural era grave e com poucas perspectivas, já que na maior parte dos distritos e povoados os alunos cursavam apenas as quatro primeiras séries, e apenas em três havia “ginásios”.

Gradativamente, as sucessivas gestões foram equacionando e buscando alternativas para atender não apenas o que é um dever do estado, mas, essencialmente, um desejo pronunciado das camadas sociais mais excluídas, sobretudo na zona rural. Assim, as decisões de medidas na área de educação voltaram-se para a ampliação de vagas para a alfabetização e primeiras séries do ensino fundamental. Do mesmo modo, iniciamos uma arrojada oferta de matrículas a partir da quinta série, implantando as séries finais do ensino fundamental nas sedes dos distritos do interior do município e em bairros mais populosos, onde também havia uma demanda reprimida.

Nesse mesmo contexto, foi planejado e implantado um consistente programa de alfabetização de adultos, abarcando as populações rurais e urbanas. Simultaneamente, foram introduzidas metodologias, estratégias de organização escolar e diferentes alternativas pedagógicas, a exemplo do ensino modular, classes de aceleração e o ciclo de aprendizagem, na tentativa de diminuir os índices de repetência e a evasão escolares. Nessa direção, implementamos programas alternativos e complementares, como o ProLer, jogos estudantis, segundo tempo, ABB Comunidade, etc.

No decorrer desses anos, construímos um consistente programa de capacitação, qualificação e treinamento do corpo docente, abrangendo desde os momentos das semanas e congresso de caráter educativo e pedagógico, da

redefinição das atividades complementares, até o oferecimento de cursos para formação de graduação e pós-graduação. Instituímos órgãos colegiados, como as caixas escolares, os colegiados e aperfeiçoamos os procedimentos de eleição direta para diretores. Garantimos uma permanente prática democrática no trato de todas as questões relativa ao sistema educacional, no ambiente interno com profissionais da área e de suas representações, quanto em relação à sociedade, mantendo um intenso diálogo com as comunidades de alunos, pais e mestres.

Ressalte-se, também, a construção, ampliação, reforma de centenas de unidades escolares, o fornecimento de merenda escolar, possibilitando melhores condições de ensino e trabalho para todos os profissionais da educação.

Nos dias correntes, a rede municipal contém cerca de 42 mil alunos matriculados do ensino infantil até o 9º ano. Possui 160 escolas, (estando 115 na zona rural e 45 na zona urbana) e 21 creches. Tem um contingente de 1705 professores. Oferece transporte escolar para alunos e professores, com 170 veículos, que transitam 250 mil km mensalmente.

Há uma disponibilidade de mais 10 mil vagas, para atender o crescimento potencial de crianças em idade escolar no futuro. Nesse universo, são cerca de 6.000 crianças na faixa etária de 2 a 5 anos que frequentam as 22 creches e escolas da rede municipal de ensino. Além disso, e 09 (nove) novas creches estão sendo construídas, em parceria com o FNDE, que veneficiarão as principais áreas com grande adensamento populacional da cidade e de bairros mas distantes.

Importa notar, conforme se torna visível nas estatísticas educacionais, que a rápida expansão do ensino fundamenta foi o grande motivador do crescimento do Ensino Médio e, conseqüentemente, do ensino superior, tornando Vitória da Conquista importante centro universitário da Bahia e do Brasil.

Atualmente 95% dos alunos do ensino fundamental concluem a 9º série na idade adequada, diminuindo bastante a defasagem entre série e idade. Implementamos, ainda, a escola inclusiva, conforme diretrizes do MEC, compartilhando os espaços escolares com alunos “especiais”.

Com essa mesma abertura, no enfrentamento de novos temas, a rede municipal executa programas de promoção da igualdade, para a população

negra e quilombola, construindo propostas pedagógicas que valorizem e respeitem as identidades dessas comunidades.

Apesar desses avanços, que vêm concretizando uma verdadeira revolução silenciosa na criação de oportunidades educacionais, a conjuntura atual coloca novos desafios e problemas a serem tematizados, além dos novos desejos e expectativas que os próprios atores beneficiados manifestam e explicitam, no sentido de querer cada vez uma educação de qualidade.

Assim, nos limites de suas competências e possibilidades, impõe-se algumas diretrizes que deverão nortear as práticas governamentais nos próximos anos para educação:

- A permanente valorização e qualificação dos profissionais de educação
- O permanente cuidado com infraestrutura e instalações prediais das unidades de ensino
- Universalizar a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender as áreas urbanas mais adensadas e núcleos mais populosos dos distritos.
- Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência desse PME.
- Continuar desenvolvendo estratégias de combate à evasão e à repetência.
- Melhorar os índices de desempenho educacional da rede
- Ampliação da oferta de dupla jornada no horizonte da escola integral.
- construção de quadras poliesportivas e espaços para práticas esportivas
- promoção de eventos de natureza cultural recreativa
- Manter a prática de realização de eventos de caráter técnico, científico e cultural para a reflexão e discussão de assuntos e temas relativos às várias dimensões do fenômeno educacional
- Dar continuidade ao programa alfabetização na idade certa
- Manter e ampliar, de acordo com as necessidades e possibilidades, programas de educação especial.
- Manter em bom estado físico os prédios e instalações escolares

- Manter e ampliar as ferramentas de gestão com suporte nas Tecnologias da Informação.

SAÚDE

A defesa de uma saúde pública de qualidade, capaz de oferecer serviços à grande maioria da população, sempre esteve na agenda programática dos partidos integrantes da Frente Conquista Popular, vitoriosa nas eleições de 1996, que começou a governar a cidade em 1997. Desde a primeira hora, o governo Participativo iniciou um consistente plano visando à descentralização e municipalização do sistema de saúde local, como forma de expandir as ações e atender os reclames da população.

Num primeiro instante, a Prefeitura assumiu a gestão básica, o que lhe permitiu reorganizar uma série de serviços dispersos e desarticulados prestados nas unidades tradicionais e iniciar a implantação das equipes de saúde da família. O passo seguinte, meio a uma forte mobilização social, com a realização de plenárias e conferências, foi a assunção da gestão plena, o que tornou possível a prefeitura adentrar no controle da média complexidade, na internação hospitalar e participar, parcialmente, no planejamento na urgência e emergência. Para tanto, foram as decisões de caráter político e de gestão, tomadas pelo Governo Municipal, que determinou a modelagem do SUS em Vitória da Conquista. Nesse sentido, foram essenciais a retomada do Hospital Esaú Matos, que se encontrava cedido à Santa Casa; a construção do Laboratório Municipal; a assistência farmacêutica; ampliação gradativa do PSFS, com o aumento do número de agentes de Combate a endemias; a construção do Centro Municipal da Atenção Especializada (CEMAE), com o oferecimento de exames e procedimentos em torno de 30 especialidades; o DST-AIDS; a Construção do CEMERF, atual Centro Municipal Especializado em Reabilitação Física e Auditiva; a implantação do serviço SAMU 192; a construção da Escola de Saúde da Família. Enfim, em uma espiral ascendente, os Governos participativos modelaram realmente um sistema de saúde fundado em bases constitucionais e legais, seguindo os princípios da descentralização, regionalização, hierarquização e participação social, e de

visão conceitual condizente com os fundamentos políticos de defesa dos interesses da maioria da população.

Atualmente, em breves palavras, Conquista atende pacientes de mais de 70 municípios, inclusive do Norte de Minas referências. São mais de 1.100 leitos hospitalares, sendo em torno de 850 de estabelecimentos públicos e os demais conveniados com clínicas e hospitais particulares. Há mais de 2.200, dentre os quais mais cerca de 300 são médicos, incluindo o programa mais médicos. Para garantir melhores condições de trabalho e a garantia da assistência à população rural e dos bairros distantes, o governo mantém uma frota com 76 veículos da saúde, que percorrem mais de 200.000km nas zonas urbana e rural.

A rede de atenção básica é integrada de 44 equipes do PSF, sendo 17 rurais e 37 urbanas, e 06 policlínicas, situadas na cidade, ofertando clínica geral, pediatria, ginecologia e odontologia. Na zona rural, além das unidades das sedes dos distritos, funcionam 70 pequenos postos em diferentes comunidades, onde as equipes exercem suas atividades quando para elas se deslocam.

O Hospital Esaú Matos, que possui 10 leitos de UTI e 15 Leitos semi-intensivos, realiza, por ano, aproximadamente 8 mil internamentos e se tornou um centro formador de especialistas, oferecendo residências médicas. O Laboratório Central executa mais de 75.000 procedimentos/mês e hoje entrega os resultados via internet. O antigo DST-AIDS se transformou no “Centro de Apoio e Atenção à Vida (CAAV)”.

Fato curioso, e que deforma e penaliza o nosso sistema municipal, está na constatação de que, segundo a base de dados do Ministério da Saúde, Vitória da Conquista possui, hoje, quase 700 mil cartões SUS. Entretanto, a população do município está estimada em 360 mil habitantes.

Em síntese, foi esse modelo que possibilitou uma sinergia com outros prestadores de serviços filantrópicos e privados, que também se beneficiaram pelos grandes investimentos diretos e indiretos dos entes públicos, atraindo a população de todo o Sudoeste, Serra Geral, Médio São Francisco, Sul e Norte de Minas, estimulando um conjunto de atividades secundárias em torno dos serviços de saúde.

Para o próximo, assumimos alguns compromissos para superar algumas dificuldades, sinalizando para uma melhoria do sistema, alinhando algumas diretrizes e projetos mais concretos.

ATENÇÃO BÁSICA

- Ampliar a cobertura da atenção básica e Vigilância à Saúde, mediante o aumento de equipes e unidades de PSF e de ações de controle de endemias e zoonoses, além da construção/ampliação de Unidades de saúde, incluindo a manutenção e ampliação da assistência farmacêutica;
- Manter as instalações prediais e equipamentos em bom estado de funcionamento;
- Articulação e integração das redes municipal e estadual na área de saúde mental;
- Ampliação das ações da Política do Idoso, da Mulher, do Homem e da Criança;
- Fortalecimento das ações da Política de Saúde da População Negra (Anemia falciforme);

ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Expandir a oferta de consultas, exames e procedimentos especializados;

- Fortalecer a rede ambulatorial especializada médica e odontológica;
- Fortalecer a Rede de Atenção Materno-Infantil;
- Ampliar a Rede de Atenção à pessoa com Deficiência (incluir atendimento à pessoa com deficiência visual e intelectual);
- Ampliar a Rede de Atenção Psicossocial;
- Implantar leitos de dependência química;
- Implantar o Complexo Regulador, com informatização de todos os serviços de Saúde;
- Ampliação de leitos hospitalares na rede própria e conveniada ao SUS;
- Reestruturar o Código Sanitário Municipal;
- Expandir, seletivamente, a oferta de serviços de médicos especializados de média e alta complexidade (oncologia, ortopedia);
- Implantação e aumento de serviços hospitalares de Urgência e Emergência;
- Aumento da oferta de leitos hospitalares, inclusive de UTIS.

ALTA COMPLEXIDADE

- Ampliação da Rede de Oncologia;

- Implantar ações de alta complexidade em Traumato-ortopedia na rede SUS;
- Ampliação da Rede de Urgência e Emergência Municipal.

CONTROLE SOCIAL

- Fortalecer o Controle Social, com a dinamização dos Conselhos Locais de Saúde;
- Regulamentar o funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

- Planejar, manter e fomentar programas e ações de valorização profissional dos trabalhadores da rede SU, Incluindo o pessoal técnico-administrativo, mediante a permanente e diversificadas estratégias de capacitação, de treinamento e práticas visando à Humanização e eficácia no atendimento dos cidadãos;

CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Os temas abrangidos por este tópico, embora tenham particularidades e mereçam ações e abordagens específicas, em muitas situações mantêm entre si grandes proximidades e são parte da emergência de um grande fenômeno chamado, por alguns, de trabalhos e serviços não produtivos. Estão presentes em todas as sociedades contemporâneas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, tornando-se, cada vez mais, objeto de tratamento e de intervenção do poder público.

De fato, os termos e as práticas atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo nos remetem para um conjunto de situações que se entrelaçam e também se inserem na totalidade da vida de uma cidade, região ou país. Mesmo quando concebidas isoladamente, as atividades e ações nessas áreas não se esgotam em si mesmas. São partes constitutivas de um ambiente geral no qual estão incluídas outras realidades.

Foi assim concebendo que os governos participativos ao longo desses anos promoveram um conjunto de intervenções, viabilizando condições para a dinamização de todas essas áreas.

Foram recuperados, reformatados, revitalizados e construídos vários e modernos equipamentos, a exemplo da reforma e ampliação do Ginásio de

Esportes Municipal, agregando-lhes pista de Skate, campos de futebol e a urbanização do seu entorno; construção do kartódromo; construções de quadras poliesportivas, na zona urbana e rural; reforma e recuperação das instalações dos Estádios Edvaldo Flores, que recebeu gramado sintético e nova iluminação, e do Lomantão, que teve seu gramado trocado e vários reformas e melhorias; promoção e apoio a torneios e campeonatos amadores e a adotados programas para o estímulo do esporte estudantil; foi Implantado Centro de Artes e Esportes Unificados de Vitória da Conquista (CEUs), com diversos espaços para a arte e a prática de esportes.

Do mesmo modo, foram construídos parques e jardins (Bateias e Poço Escuro), com equipamentos para práticas esportivas e preservação de patrimônio natural; várias avenidas e logradouros foram urbanizados, entre os quais vale lembra a “Olívia Flores”, “o Cristo de Mario Cravo”, feiras e mercados. Também se Instituiu a agenda de promoção de grandes eventos festivos e culturais, como o Natal da cidade e São João Pé de Serra e, antes, a micareta.

Ressalte-se, também, a realização da Mostra Cinema Conquista; a recuperação de unidades arquitetônicas de valor histórico-cultural, como a Casa Memorial Régis Pacheco, com a pinacoteca contendo pinturas dos intendentes e prefeitos e de imagens alusivas a momentos da evolução histórica da cidade; a casa das Terceira Idade; e diversos apoios o eventos d.

O compromisso com as expressões artístico-musicais fica evidente, entre tantas outras provas, pela manutenção e dinamização do conservatório municipal, da filarmônica, da orquestra conquista sinfônica para crianças e jovens atendidos pelos programas sociais do governo e mais, recentemente, pela construção do Centro Glauber – Educação e Cultura, abrigando no seu interior Mercado de Artesanato, comportando um total de 240 boxes.

Para o próximo período, os projetos e ações não só devem dar continuidade aos programas e atividades já consolidadas, mas ampliar a sua abrangência. Assim, propomos algumas diretrizes:

- Implementar as diretrizes do plano municipal de cultura, ampliando o apoio e projetos para as diferentes linguagem e expressões da arte e cultura;
- Requalificação e recuperação do Murilão;
- Promoção de melhorias nas instalações de campos de futebol Society;
- Construção de quadras poliesportivas;
- Construção de ciclovias;
- Conclusão e consolidação do espaço Glauber Rocha;
- Implementação, em parceria com o governo estadual, do Núcleo da Orquestra Neojiba;
- Apoio a eventos esportivos, artísticos e culturais, mediante parcerias com empreendedores e instituições públicas e particulares;
- Requalificação do espaço Cine Madrigal;
- Viabilização do Projeto da Casa Glauber Rocha
- Elaborar projeto e executar a urbanização da área do entorno do Lomantão e do antiga Estação de Tratamento da Embasa (Pinicão), visando a torná-la espaço de entretenimento esportivo, paisagístico e de lazer.

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Ainda que estejamos experimentando uma conjuntura nacional marcada por uma acentuada situação de crise econômica e de instabilidade política, e por isso deixe entrever um cenário, de curto prazo, de restrições orçamentárias e limitadas possibilidades de investimentos públicos, não podemos deixar de esboçar um conjunto de projetos estratégicos que possibilitarão à cidade manter e ainda aumentar o seu ritmo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Isto porque, muitos desses projetos a seguir listados, poderão ser executados com diferentes fontes de financiamentos, incluindo a parceria com empreendedores privados.

As ações e Projetos estratégicos são concebidos como uma formulação, como referências que deverão embasar e orientar o processo de tomadas de decisões da administração. Evidentemente, muitas das propostas abaixo, embora necessárias e importantes para a continuidade do desenvolvimento sócio- econômico do município, dependerão dos cenários que se desdobrem da conjuntura atual. Já outras, são como uma espécie de estado de espírito e dizem respeito a atitudes, valores e visões que serão premissas para o comportamento tanto gerencial-corporativo quanto para as relações interinstitucionais que o governo estabelecerá com a sociedade e os demais entes federativos.

PROJETOS ESTRATÉGICOS:

- Conclusão das obras de mobilidade do PAC 2, especialmente a Avenida Perimetral e a recuperação da pavimentação de outras artérias e vias de transporte coletivo;
- Realização de Estudos e Projetos das vias Marginais do Rio Verruga e Viabilização de sua implantação;
- Requalificação do Terminal de Transporte Urbano da Praça Lauro de Freitas;
- Instalação de Terminal Rodoviário Municipal e Intermunicipal de Transporte Suplementar;
- Pavimentações de ruas e avenidas;
- Requalificar o Terminal Rodoviário Interestadual e Intermunicipal de Linhas Concessionárias do Estado e da União;
- Construção de Viadutos dos acessos às saídas das BAs;
- Construção do Novo Ceasa;
- Reformar e requalificar de Feiras e Mercados;
- Ampliação das parcerias e ações com os entes e órgãos estatais, especialmente com o Governo do Estado, focadas no desenvolvimento de Projetos, Programas e atividades de prevenção e combate à violência,

contribuindo para fortalecer a segurança Pública com ênfase na proteção e inclusão social. Nesse contexto, está o compromisso de Instituir a Guarda Municipal, a partir da redefinição do Quadro de Agentes Patrimoniais, Agentes de Trânsito e Agentes de Segurança Coletiva, conformando uma estrutura organizacional conforme o previsto na Lei 13.022, de 2014.

ACÕES ESTRATÉGICAS:

- Gestões junto ao Governo do estado para viabilizar a implantação da Case, para o cumprimento de medidas socioeducativas de adolescente em conflito com Lei;
- Acompanhar o projeto de Construção da Barragem do Catolé;
- Acompanhar a viabilização do Projeto da Barragem do Rio Pardo;
- Conclusão do novo aeroporto;
- Transformação do campus da UFBA em Universidade do Sudoeste;
- Articulação das instituições do ensino superior com educação municipal, ciência e tecnologia;
- Implantar sistemas mais simplificados com normas e Tecnologias da Informação e Comunicação de apoio às atividades empreendedoras e aos direitos dos cidadãos;
- Avaliar e revisar a Legislação Urbana (ocupação e uso do solo, etc);
- Articulação interinstitucional e parcerias com organismos públicos, ONGs e empreendedores;
- Articulação interinstitucional com Prefeituras da Região;
- Viabilizar o cofinanciamento do Hospital Esaú Matos;
- Buscar formas pactuadas de compensação para o sobreatendimento realizado pelo Sistema municipal;

Vitória da Conquista, início de Agosto de 2016

José Raimundo Fontes

Candidato a prefeito

Sidélia Porto Reis

Candidata a vice-prefeita